



Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO DO ACESSO AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DA PARAÍBA SOB A ANÁLISE AVALIATIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

SEBASTIÃO RODRIGUES MARQUES¹

Resumo: O presente estudo discute os Programas de Assistência Estudantil das Universidades Federais do Estado da Paraíba: UFCG e UFPB a luz avaliativa dos assistentes sociais inseridos nesses programas. Do ponto de vista metodológico adotou-se o método crítico-dialético, análise de conjuntura e bibliográfica explorando as categorias analíticas da Crise do capital, Reforma do Estado, Questão Social, Política Social, Educação Brasileira, Reforma do Ensino Superior e seus desdobramentos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES. Em 2007 é implementado o REUNI que dentre outros eixos, situa-se a assistência estudantil, porém, sem atender a demanda recorrente, tornando o PNAES limitado, focalista e falacioso.

Palavras-chave: REUNI; Assistência Estudantil; Universidades.

Abstract: The present study discusses the Student Assistance Programs of the Federal Universities of the State of Paraíba: UFCG and UFPB the evaluative light of the social workers included in these programs. From the methodological point of view, the critical-dialectical method was used, analyzing the conjuncture and bibliographical exploring the analytical categories of Capital Crisis, State Reform, Social Question, Social Policy, Brazilian Education, Higher Education Reform and its unfolding for the National Program of Student Assistance / PNAES. In 2007, the REUNI was implemented, which among other axes, student assistance is located, however, without meeting the recurring demand, making the PNAES limited, focalist and fallacious.

Keywords: REUNI; Student Assistance; Universities.

I. INTRODUÇÃO:

Trata-se da reunião de elementos que tratam da questão da acessibilidade inerentes aos Programas de Assistência Estudantil implementados na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Campina-Grande. E-mail: <bastinmarques@gmail.com>

da Paraíba (UFPB²) à luz avaliativa dos assistentes sociais com base nas considerações técnicas implementadas na concretização cotidiana expressa na gestão, execução e avaliação da referida política por parte dos/as assistentes sociais inseridos nessas duas instituições de ensino superior.

Esse processo investigativo apoia-se na contextualização da reforma universitária na atual conjuntura sócio histórica de contrarreforma, vivido pelo Estado brasileiro no momento de crises do Capital; bem como, na análise dos impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a partir das demandas postas aos Programas de Assistência Estudantil da UFCG e da UFPB.

O interesse pela temática ocorre em virtude da motivação profissional derivada da inserção socioprofissional na Gestão, Execução e Avaliação nos programas de Assistência Estudantil da UFCG; da motivação pessoal derivada de experiências anteriores que possibilitaram um acúmulo de estudos sobre esse tema, em razão do Curso de Especialização promovido pelo CFESS/UnB: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais, em 2009/2010; da relevância do tema central deste trabalho para a formação e a atuação do profissional de Serviço Social; da importância do tema para a sociedade, entendido enquanto uma expressão da questão social e pela necessidade de estudos investigativos mais aprofundados “[...] *que combatam a transformação desta política em um mero instrumento funcional às propostas contrarreformistas, implementadas nas universidades públicas [...]*”. (NASCIMENTO, 2013, p. 22).

Com relação aos aspectos metodológicos, o presente estudo conforma-se como uma pesquisa social aplicada de caráter avaliativo-crítico centrada no referencial teórico-metodológico da tradição marxista. Operacionalmente, essa pesquisa adotou o Sistema de Indicadores de Avaliação de Políticas Sociais (SIAPS³) do SEPACOPS (2004) com uso de metodologias quanti-qualitativas

² O presente trabalho é decorrente da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, em agosto de 2014 intitulada “O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)”.

³ Esse Sistema utiliza uma metodologia quanti-qualitativa por reunir indicadores objetivos e subjetivos que se compõem de três medidas avaliativas: análise contextual, análise da relação

mediante a adoção de 02 (dois) instrumentos de coleta de dados com aplicação da técnica da entrevista. No processo de análise dos dados, optou-se pela leitura estatística descritiva para discussão dos dados objetivos e a análise de conteúdo por categorização temática de Bardin (2007).

A pesquisa foi realizada em 08 (oito) *campi* das universidades federais da Paraíba. UFCG: 06 *campi* nas cidades de Patos, Cajazeiras, Cuité, Sumé, Campina Grande e Sousa; UFPB: 02 *campi* nas cidades de João Pessoa e Areia envolvendo 11 (onze) Assistentes Sociais distribuídos na UFCG e na UFPB, sendo na UFCG: Patos (01), Cajazeiras, (01) Cuité, (01) Sumé (01), Campina Grande (02) e Sousa (01); e UFPB: João Pessoa (03) e Areia (01). Em termos éticos, a pesquisa se embasou na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, obtendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB.

II. DETERMINISMOS DO CAPITAL E SUAS REPERCUSSÕES NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A sociabilidade capitalista contemporânea apresenta os seus limites na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, nas contradições provocadas por essa máxima levada ao extremo devido à própria incontrollabilidade do capital que segundo Mézaros (2008) é produtora da barbárie atual. A socialização coletiva do trabalho é atualizada ao máximo pelos novos domínios do capital, reatualizando velhas formas de extração do sobreproduto social, emergindo novos condutos de parasitismo da força de trabalho que solidarizam numa perspectiva única de valorização incessantemente do capital revelando o que assevera Mézaros *apud* Netto (2010, p.1) que “[...] o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo”.

objeto e *locus* sujeitos da avaliação e a avaliação das Políticas Sociais. Essa terceira medida avaliativa processa-se por meio de três indicadores: acessibilidade, qualidade e efetividade.

De acordo com Behring (2010), três aspectos contribuem para as contundentes transformações na contemporaneidade que perpassam a vida em sociedade: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a contrarreforma neoliberal. O modelo de produção de mercadorias no século XIX baseava-se na produção em série, concentrando uma massa de trabalhadores reunidos em galpões de fábrica em situações subumanas, com salários precarizados e com toda uma estrutura rígida de produção.

A reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a contrarreforma neoliberal vêm ocasionando significativas transformações societárias sejam no âmbito econômico (com as sucessivas crises), no aspecto político (com a centralidade da individualidade e desconstrução de projetos coletivos) e nos rebatimentos nos direitos sociais, até então viabilizados pelas políticas sociais (TONET, 2010).

A contrarreforma neoliberal, em especial, ganha concretude com a Reforma do Estado, enquanto um dos instrumentos de materialização das propostas acima elencadas diante das transformações societárias advindas da década de 1970. O grande mote torna-se o fim dos protecionismos e particularismos dos Estados nacionais em favor da internacionalização do capital e do controle deste pelos países centrais. Precisamente no Brasil, os impactos das ideias neoliberais ganharam força na década de 1990 com o Presidente Fernando Collor de Mello, seguido pelos demais presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva e a atual presidenta Dilma Rousseff.

Sem dúvida, a base que orienta os governos do PT, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff apresentam como elemento fundante o mesmo devotamento ao mercado conforme sinalizado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, entretanto, algumas particularidades enfeitam esse devotamento. Nas considerações de Aloizio Mercadante, ministro da Educação no Governo de Lula, a inclusão de uma massa de pessoas que apresentasse um poder de consumo, na fatídica ideia de inclusão de milhões de brasileiros ao mercado de consumo caracteriza essa etapa do desenvolvimentismo do governo Lula como uma face positiva, no sentido da viabilidade do desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social. Nas análises

de Castelo “para isto, compilou uma massa de dados para provar que o social se tornou eixo estruturante do desenvolvimento econômico no Governo Lula, ao contrário do ocorrido nas outras fases do desenvolvimentismo”. (2012, p. 626).

A Política de Educação Brasileira assim como as demais políticas sociais sofre com os rebatimentos dos reordenamentos do capital. Esses ordenamentos adotados para se restabelecer das crises constantes, além de gerarem sérios danos, criam as bases para uma formação acrítica, desprovida de uma capacidade de deciframento das relações sociais através dos modelos de educação vinculados ao modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2000; FRIGOTTO, 2006). No conjunto dos rebatimentos da atual crise do capital, a educação passou a ocupar um lugar de destaque na esfera econômica e na lógica da reforma do Estado que resguarda um dos setores em que o Estado não seja o responsável exclusivo pelos serviços educacionais.

Lima (2012) ao tratar do desenvolvimento da Educação Superior brasileira apoia-se em vários autores, dentre eles, Florestan Fernandes que em seus estudos ressalta a relação estabelecida entre o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente de educação como fundantes da Educação Superior Brasileira. Essa relação, segundo Fernandes *apud* Lima (2012) coloca os modelos europeus de universidade para a realidade universitária brasileira, caracterizados por três níveis empobrecidos: 1º: implantação de unidades isoladas; 2º: limitam-se a absorção de conhecimentos e valores dos países centrais e 3º: necessidade de formar um letrado com aptidões gerais, que consolida o processo que Florestan nomeou de “senilização institucional precoce” (FERNANDES *apud* LIMA, 2012, p. 5). Ideia verificada no entendimento de Frigotto (2006), em que a estrutura educacional está voltada para desenvolver processos educacionais que garantam um mínimo de leitura, cálculo e escrita, assegurando certa funcionalidade das empresas produtivas e organizações em geral, bem como, o incentivo ao consumismo.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil exige a expansão da Educação Superior no entendimento de Lima (2012) que força a burguesia a travar esse debate, enfrentando os movimentos organizados de professores e

alunos que reivindicavam a democratização da universidade desde 1960, quando a reforma universitária adentrou o cenário político como uma reforma de base ou reforma de estrutura, designando uma reforma universitária consentida no dizer de Fernandes *apud* Lima (2012, p. 6), haja vista que a burguesia ao “[...] tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a a sua feição”.

A reforma universitária nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) acentuam os contornos citados acima, sendo reformulada em uma concepção que Sguissardi *apud* Lima (2012) identificou como neoprofissional, heterônoma e competitiva que teve início a partir

[...] do ajuste neoliberal da economia e da reforma do Estado dos anos (1990), e que adquire melhores contornos conceituais e de organização a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), da LDB (Lei 9.394/96), da Lei das Fundações (Lei 8.958/94), da Legislação (diversas medidas provisórias, Leis, Decretos) sobre os Fundos Setoriais e do conjunto de Decretos, Portarias, PEC's, Projetos de Lei (da autonomia, da Inovação Tecnológica, entre outras), etc. que visaram configurar as novas relações entre Estado, Sociedade (empresas) e Universidade. Enfim, o novo modelo de universidade no Brasil. (LIMA, 2012, p. 10).

A segunda fase da reforma universitária ocorrida no governo de FHC é caracterizada pelo empresariamento da Educação Superior, contrariando a primeira fase, da gênese e ao desenvolvimento da educação superior nos anos 1960 (marcados pela expansão do acesso). Os governos de Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) encenam mais uma nova etapa da contrarreforma do Estado Brasileiro na Educação Superior do país. Na análise de Lima (2012), aponta dois eixos que dão materialidade à lógica posta, quais sejam: o primeiro eixo representado pelo aumento de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; da privatização interna da IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado; e do produtivismo que acompanha a pesquisa e a pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq. O segundo eixo exprime a certificação em larga escala vistoriada em ações como o EAD e o REUNI.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni foi criado por meio do Decreto Presidencial nº

6.096/2007. As críticas ao Reuni versam em torno das metas estipuladas no contrato de gestão que se alcançadas dependeriam da capacidade orçamentária e operacional do MEC; Precarização do trabalho dos professores com as superlotações das salas de aulas e de criação de novos cursos; Difusão da concepção de educação terciária do Banco Mundial apontadas por Lima (2012, p. 19), dentre outras particularidades.

Dentre as diretrizes do Reuni, a exemplo da redução das taxas de evasão, ocupação e aumento de vagas; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica; diversificação das modalidades de graduação; articulação entre graduação e pós-graduação; e a ampliação de políticas de inclusão e a assistência estudantil. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, “[...] tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, p. 01). Esse Programa origina-se do Plano Nacional de Assistência Estudantil, instituído através da Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007, cuja implantação inicia-se em 2008.

Segundo o MEC (2007) esse Programa foi criado em razão da implementação dos programas de expansão da rede de Universidades Federais, instituídos pelo Governo Federal desde 2003 que incluem os Programas Expansão e REUNI, o que possibilitou o aumento significativo da presença de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De acordo com o discurso oficial, os principais fatores que levaram à criação desse Programa incluem:

- Necessidade de aumento de suporte aos estudantes de classes sociais menos favorecidas evidenciado pela ampliação da democratização do acesso às universidades federais;
- A observação de altas taxas de evasão de estudantes nas universidades federais devido a dificuldades financeiras dos estudantes para se manterem na universidade: moradia, apoio pedagógico, alimentação, etc. (MEC, 2007, p.1)

O PNAES configura-se como um programa recente, embora a história da Assistência Estudantil registre desde a década de 1930 a existência de programas de moradia e alimentação nas universidades federais, passando por

reconfigurações na década de 1970 com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) sendo extinto pelas reformas da década de 1990. Em meio ao cenário de precarização dos serviços até então existentes nessa esfera, juntamente com os questionamentos e a organização do movimento estudantil, outro sujeito político agrega-se a essa luta, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) criado em 1987 com o objetivo de fortalecer a política estudantil entendida como direito, configurando-se como um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

O FONAPRACE realizou Pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, nos períodos de 1996 - 1997 e 2003 -2004 servindo de base para a concepção do Plano Nacional de Assistência Estudantil ora em voga no país ancorada na Portaria Normativa do MEC nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e no Decreto Presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Em 2011 o FONAPRACE, promoveu outra pesquisa em nível nacional de modo a apresentar novos subsídios a Andifes para a Assistência Estudantil do país. Concomitantemente as pesquisas do FONAPRACE, pesquisadores inseridos nas universidades, seja na qualidade de estudantes de graduação ou de pós-graduação, ou na condição de profissionais vinculados aos setores de Assistência Estudantil vêm elaborando análises acerca da temática da Assistência Estudantil a exemplo de Barbosa (2009), Marques (2010), Kowalski (2012), Mariz (2012) e Nascimento (2013), dentre outros.

Mesmo com a existência de pesquisadores voltados para as especificidades dessa temática, as considerações de Nascimento (2013, p. 22) sinalizam o carecimento de pesquisas “[...] que combatam a transformação dessa política em um mero instrumento funcional às propostas contrareformistas, implementadas nas universidades públicas” devendo ser levada em consideração.

Dentre os dados da pesquisa acerca do Perfil dos/as entrevistados/as sinalizamos que com relação ao Sexo: 10 assistentes sociais são do sexo feminino e 01 Assistente Social do Sexo masculino; Com relação à etnia/cor: 1 (branco/a), 1 amarelo/a), 1 (negro/a) e 8 (parda); Com relação a existência de

algum tipo de deficiência: 10 não apresentaram nenhuma deficiência enquanto que 1 apresentou visão reduzida; Com relação a faixa etária a maioria apresentou idade entre 20-29 anos; A maioria são casados/as e tem até 02 filhos; a maioria são cristão e não tem religião; a maioria dos/as entrevistados/as são paraibanos/as e residem respectivamente nas cidades em que trabalham.

Acerca desse dado que demonstra a prevalência de mulheres no campo socioprofissional da política ora estudada, que considera a divisão sexual do trabalho nessa profissão guarda uma particularidade específica no tocante aos seus quadros profissionais, levando-se em consideração os aspectos da origem da profissão vinculadas a igreja católica no trato da questão social. No decorrer dos anos essa característica de maioria de mulheres compondo os quadros profissionais vem se fortalecendo, embora assistentes sociais do sexo masculino se faça presente também, mas sem muita expressividade do ponto de vista numérico.

O elemento central da atual reforma do ensino superior é a chamada democratização do acesso, ou nos termos de Nascimento (2013), “fetiche da democratização” por meio de um conjunto de ações materializadas pelo Fies, Prouni e por meio do Reuni. Dada as constatações do caráter subsidiário do PNAES para a suposta ampliação do acesso a esse programa compete a responsabilidade de contribuir para permanência dos estudantes. Entretanto, não tem conseguido na sua integralidade, posto que a demanda de estudantes que requerem a inserção em algum dos programas de assistência estudantil é muito maior do que a oferta de vagas desses programas como avaliaram assistentes sociais entrevistados/as, conforme fragmentos de falas:

- [...] diante desse contexto que a gente assiste as ações do PNAES não dão conta [...] dessa ampliação que é proposta pela reforma universitária. (Entrevistado/a nº 02).

- [...] a vulnerabilidade socioeconômica é bem grande porque eles [os alunos] vêm de longe, de outros estados. Isso dificultou muito em relação ao financeiro que as universidades dispõem, então dificultou. Às vezes o aluno vem e não consegue ficar. Por que a maioria vem na ilusão de quando chegar [ele vem do final do Maranhão] para o campus e vai estar tudo fácil: o acesso ao restaurante é na hora que

ele quiser, a residência vai ter disponibilidade. A gente sabe que não funciona assim. (Entrevistado/a nº 05).

Esse quadro é cultivado em face de um conjunto de elementos provenientes da lógica do REUNI para as instituições de ensino superior. Os assistentes sociais da UFCG e da UFPB ressaltaram que o REUNI impôs para as universidades processos decisórios sem consulta a comunidade acadêmica, inexistência de planejamento, enfraquecimento das lutas coletivas, comprometimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, fortalecimento da Política do Banco Mundial, inchaço da estrutura da universidade e a ampliação do acesso sem garantias de permanência nas universidades. Esse último elemento marcou contundentemente as instituições pesquisadas, posto que, novos campi a exemplo dos campi da UFCG situados nas cidades de Pombal, Sumé e Cuité; e na UFPB os campi na cidade de Rio Tinto e Mamanguape e a extensão do campus de João Pessoa no bairro de mangabeira foram criados, aumentando o possível “acesso”, no entanto, sem garantias para os estudantes permanecerem na universidade. Para ilustrar as situações de não permanência na universidade em face de a demanda ser maior que a oferta de vagas, segue a fala um dos sujeitos pesquisados:

- O REUNI não alcançou a assistência estudantil. A gente simplesmente teve um inchaço. Então, a quantidade de estudantes que procura a assistência estudantil tem crescido a cada semestre absurdamente e a gente não tem condição de dar suporte, de dar enfrentamento a essa demanda. Nós construímos 2 residências, mas está longe de dar resposta para o que tem se apresentado. Por exemplo, esse semestre foi mais de 200 inscritos juntando feminino e masculino, o que eu sei é que são 10 vagas na residência. É absurdo! (Entrevistado/a nº 11).

A expansão proposta atrela-se a uma reestruturação da universidade para os padrões requisitados pelo capitalismo em sua fase atual, materializados nas propostas do Banco Mundial. Trata-se, portanto, uma “jogada de mestre”, haja vista a defasagem das instituições ensino e pelo histórico de lutas por ampliação de vagas, melhorias na infraestrutura das universidades, o que deixa a impressão de que as reivindicações foram atendidas pelas ações da expansão. Nesse sentido, os recursos prometidos

pelo REUNI soaram como um “sopro de esperança”, após um período de exclusivo incentivo ao ensino privado. Não se pode perder de vista, entretanto, que essa suposta “virada” de prioridades para as instituições públicas, não extinguiu o financiamento público para as instituições privadas, que, ao contrário, aumentou no governo Lula através do PROUNI e da ampliação do FIES (CISLAGHI, 2010) sendo mantida pelo governo de Dilma Rousseff.

Merece destacar que esse processo de expansão das universidades, sobretudo pelo acesso de estudantes utilizando a nota do ENEM via SiSu revela a fragilidade do ensino médio da educação brasileira. De fato, concorda-se com os sujeitos da pesquisa de que ocorreu um maior acesso de estudantes pobres nas Ifes, mas também se concorda que a universidade acaba arcando com uma demanda de debilidades dos seus alunos por não apresentarem as condições intelectuais para continuar no curso.

- Temos muitos alunos que chegam com a defasagem do ensino básico. Tem cursos como os de engenharia que têm uma matemática pesada e a gente sabe que a deficiência nas unidades públicas é muito grande. Então, a dificuldade do aluno chegar e acompanhar um curso desses vai refletir também nas suas condições e na capacidade de permanecer no curso. Essas coisas estão muito ligadas desde a condição dele de se alimentar e de morar e puder estudar tendo as suas necessidades básicas supridas à competência dele que não foi dada no ensino básico. (Entrevistado nº 06).

Esse quadro ora apresentado contraria os dados oficiais do governo do estado da Paraíba, onde se divulga a melhoria das estatísticas do estado frente à média do Nordeste. Na prática, convive-se com muitos estudantes vítimas de um ensino médio fragilizado.

O relatório “De Olho nas Metas 2012”, elaborado pelo movimento “Todos Pela Educação” [...], evidenciou um contexto educacional favorável ao atendimento das metas projetadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para os anos iniciais do Ensino Fundamental, onde a Paraíba teve meta assegurada de 4,3 em 2011, superando a da região Nordeste, que foi de 4,2. O estudo demonstra que nos anos finais do Ensino Fundamental, para atingir o projetado, apenas um décimo distancia a Paraíba do que foi proposto: 3,4, meta real do Estado, e 3,5, da região Nordeste. Embora o relatório revele um contexto de dificuldades na Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Médio, a Paraíba atingiu a meta projetada, ficando equivalente a da região Nordeste, 3,3 no Ideb/2011. (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2013, p. 01).

Questionados/as acerca da existência da cobertura das demandas dos alunos ingressantes nas universidades por meio da expansão verificada pelo Reuni e pela forma de acesso por meio do ENEM/SiSu, obteve-se que 7 (sete) dos/as assistentes sociais entrevistados/as afirmaram que não existe cobertura das demandas trazidas pelos estudantes, enquanto que 4 (quatro) afirmaram que em parte existe essa cobertura. Para os/as entrevistados/as que citaram cobertura parcial, o entendimento foi de que, apesar dos programas apresentarem uma série de problemas o fato de terem conseguido inserção em algum programa, garante, em condições precárias, a sua permanência na UFCG e UFPB como se atesta nos depoimentos que seguem:

- Recentemente ocorreu uma seleção para a Bolsa de Auxílio Acadêmico Reuni com um universo de 1.900 pessoas concorrendo a 300 bolsas. Ficaram em cadastro de reserva 1.531 pessoas. Então, você vê que há uma discrepância muito grande dessa oferta frente à demanda que se apresenta. (Entrevistado/a nº 03).

- Atende em parte, mas não abrange a todos os estudantes que estão naquele perfil. Por exemplo, a gente fez uma seleção de uma bolsa de assistência estudantil que não contempla todos os estudantes do perfil. Claro que os recursos do REUNI podem ser utilizados em diversas coisas na universidade, mas assim com relação às demandas dos estudantes, não atende. Não cobre todas essas demandas. Entram muito mais alunos. Uma diversidade maior de pessoas teve acesso à universidade que antes também não tinha. Realmente, a gente vê estudantes bem mais pobres que pertencem a famílias empobrecidas que chegam de mala e cuia na nossa frente e dizem se não tiver onde ficar, não vão ter como estudar, vão ter que sair, vão ter que trancar o curso ou abandoná-lo. (Entrevistado/a nº 04).

- Nem sempre o número de vagas atende todos os inscritos. Sempre a gente está procurando de uma forma ou de outra encaixar o máximo de alunos que pode, mas na verdade sempre fica alguém de fora. Às vezes até com o perfil [que atende as condicionalidades] fica no aguardo. (Entrevistado/a nº 05).

- Os programas de assistência estudantil são seletivos e nunca se consegue suprir toda necessidade. Como exemplo, na seleção para residente no período 2013.2 foram mais de 200 inscritos e nós não temos 10 vagas. Então, muitas vezes esses alunos têm o perfil e são classificados, porém nem todos são atendidos. (Entrevistado/a nº 09).

Os dados da pesquisa reforçam a estrutura lógica que é visualizada na materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil como parte do

processo de precarização das políticas sociais frente o Estado Neoliberal de cortes asseverados para as ações implementadas pelo Estado.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão da Educação Superior Brasileira, segundo Lima (2012) se paramenta em uma racionalidade baseada em dois mecanismos: ampliação do setor privado e a privatização interna das IES públicas, acrescentando-se a esses mecanismos a certificação em larga escala materializada pelo Ensino à Distância (EAD) e pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nessa direção, Nascimento (2013) destaca o elemento “Produtividade” como chave-mestra nesse processo de consolidação de ideologias que favorecem as políticas privatistas da contrarreforma universitária.

Arelada ao contexto que informa as Políticas Educacionais do Ensino Superior, cresce-se a falsa ideia de democratização do Ensino Superior conforme pontuado por Nascimento (2013). Decerto, o acesso às universidades federais ficou mais próximo de sujeitos que antes não conseguiriam se inserir em algum curso de uma universidade pública. Hoje, sobram vagas! Mesmo que o apelo seja amplo para a entrada de estudantes nas universidades, as vagas não são zeradas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou pelos vestibulares nas universidades que ainda o realizam. O acesso à universidade amplia-se e está garantido, mas, a permanência não.

Desse modo, o que essa ampla “acessibilidade” revela? Uma grave fragilidade demonstrada dentre vários aspectos, cita-se o fato de: os alunos terem dificuldade de acompanhar as disciplinas básicas dos cursos superiores, sendo necessária a recorrência a cursos de verão, cursinhos para nivelamento de conteúdos de modo a tentar subsidiar os estudantes para que eles consigam acompanhar o curso, em decorrência das fragilidades do ensino médio. Nem sempre essas medidas apresentam êxito, ocasionando assim, a evasão dos cursos.

Os Programas de Assistência Estudantil, por sua vez, para além das questões socioeconômicas exigem pré-requisitos a serem cumpridos, funcionando como condicionalidades para os alunos se manterem nesses Programas, a exemplo de como obter aprovação em determinado número de disciplinas e de créditos cumpridos. Mesmo que parte desses alunos desenvolva atividades extraclasse, parte significativa destes não tem conseguindo cumprir com os pré-requisitos, comprometendo assim a permanência nos programas assistenciais e na universidade. Sem dúvida, a situação se agrava para aqueles estudantes que mesmo dentro do perfil de corte de renda para inserção nos Programas de Assistência Estudantil não conseguem vagas nesses Programas.

Com base nos aspectos discutidos no decorrer deste trabalho, atestam os “(des) caminhos da assistência estudantil”, nos termos de Kowalski (2012), bem como o “caráter subsidiário” da Assistência Estudantil para a contrarreforma universitária, conforme Nascimento (2013). Esses aspectos também sinalizam outras características da Política Nacional de Assistência Estudantil Brasileira que se configura como uma assistência estudantil limitada e focalista, afastada do caráter universalista que o sentido Política enseja, o que a torna um discurso falacioso. *Falacioso* porque ilude o estudante que pautado no discurso democratizante da Política de Educação ao garantir o acesso universal, por meio do ENEM/SiSu, mas, ao chegar nas universidades, o estudante não encontra subsídios que garantam a permanência, sobretudo, para àqueles que precisam e que estão dentro do perfil estabelecido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Desse modo, depara-se com uma Política *limitada* em face do o não alcance de todos os eixos de atuação previstos no referido Decreto (moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação). Além de *focalista* em decorrência do corte de renda regulado pela renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, além de outros critérios excludentes que as instituições podem criar.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Políticas Setoriais e por segmento – Educação. In: CEFESS; ABEPSS. (Orgs.). **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**: módulo III. Brasília, 2000.
- BARBOSA, Roseane de Almeida. **A Assistência ao Estudante da residência universitária e sua trajetória da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do Capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em Crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.
- CASTELO, Rodrigo. O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni**: uma nova expressão da contrarreforma universitária brasileira. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GOVERNO DA PARAÍBA. **Relatório “De olho nas Metas 2012”**. 2013. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/65416/relatorio-todos-pela-educacao-evidencia-contexto-educacional-favoravel-na-paraiba.html>> Acesso em: 18 jul. 2014.
- KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012. (Coletânea Nova de Serviço Social).

MARIZ, Suellem Dantas. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e suas contribuições para a efetivação do direito de acesso e permanência à/na Universidade: o caso da UFPB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Exercício Profissional dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG**. Monografia (Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 3, 2010, Serpa. Anais... Serpa, 2010.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, 2010.